

## PARECER JURÍDICO

Referência: Análise do Projeto de Lei n.º 011/2017 – Dispõe sobre a concessão de adiantamentos e dá outras providências.

Varjão de Minas, 6 de junho de 2017.

### RELATÓRIO

Versa o presente sobre a consulta formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Varjão de Minas – MG acerca da: a) Competência de iniciativa da proposição legal; b) Competência deliberativa; c) Constitucionalidade/Legalidade; d) Tramitação nesta Casa Legislativa do Projeto de Lei n. 011/2017, apresentado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Varjão de Minas - MG, que tem como objetivo autorizar o poder executivo Municipal a conceder adiantamento de numerário colocado à disposição de um servidor a fim de dar condições de realizar despesas que por sua natureza, urgência ou peculiaridade não possa aguardar seu processamento normal.

Desta forma, é imperioso analisar objetivamente o projeto em comento quanto à competência de iniciativa, deliberativa, constitucionalidade/ legalidade e tramitação.

### FUNDAMENTAÇÃO

1) Quanto à competência de iniciativa dos projetos de lei.

Procura com a presente proposição dar efetividade às requisições de adiantamentos feitas por assistente social do município ou outro responsável determinado pelo secretário municipal de ação social através de formulário próprio com vistas a pagamentos de passagens para pessoas migrantes que necessitem de tal benefício, nos limites do município.

Com relação à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, a referida proposição legal foi devidamente obedecida, pois a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, conforme art. 53, da Lei Orgânica Municipal.

*Art. 53 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao prefeito municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.*

Ressalta-se que a iniciativa de projeto inerente à matéria apresentada não encontra óbice quanto à iniciativa privativa/exclusiva dos Poderes Legislativos e Executivos.

2) Quanto à constitucionalidade/legalidade

Relativamente à constitucionalidade e legalidade do projeto em análise, vislumbra-se que este não atenta contra dispositivos constitucionais e da legislação federal em vigor, eis que respeitados os limites de atuação legislativa Estadual e Federal para a espécie.

Assevera-se que o regime de adiantamento deve estar previsto em lei do município, conforme você pretende e ainda cumprir exigência do art. 68, da Lei Federal n.º 4.320/1964, com a realização de empenho prévio por estimativa.

3) Tramitação da proposição.



A Proposição apresentada deve seguir o rito **ordinário** do processo legislativo, com votação em **turno único** e constatação de **maioria simples**, conforme os prazos regimentais.

A Proposição deve receber pelo menos o parecer da Comissão de Legislação, Justiça, Redação e Assuntos Diversos e da Comissão de Meio Ambiente, Política Urbana e Rural e Habitação, antes de ser apresentada para discussão e votação no soberano Plenário desta Casa.

### CONCLUSÃO

Por tais motivos esta Assessoria Jurídica se manifesta favoravelmente à legalidade da iniciativa para deflagrar o processo legislativo, bem como pela competência para legislar sobre a matéria e ainda favoravelmente quanto à constitucionalidade/legalidade Projeto de Lei n. 011/2017, estando referido projeto em condições de ser apreciado quanto ao mérito pelos nobres Edis desta casa.

Salvo melhor juízo, é o que nos parece.

Adv. SEBASTIÃO GONTIJO GASPAR  
OAB-MG 113.241

